

Cuiabá/MT, 28 de setembro de 2021



Boletim Informativo
CAO Violência Doméstica

◆.....◆
Edição nº 5/2021

Sumário

1. Canais de atendimento às vítimas de violência doméstica
2. Campanhas e Projetos
3. Novidades legislativas
4. Notícias
5. Planejamento Estratégico - Rede de Enfrentamento
6. Material de Apoio
7. Banco de peças



1. CANAIS DE ATENDIMENTO

Canais de atendimento às vítimas de violência doméstica

Considerando as medidas de isolamento provocadas pela COVID-19 e, conseqüentemente, o possível aumento de casos de Violência Doméstica, o CAO Sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino informa que eventuais denúncias poderão ser feitas nos seguintes canais de atendimento:

- 190 – Polícia Militar.
- 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.
- (65) 99259-0913 – Ouvidoria do Ministério Público ou pelo e-mail: ouvidoria@mpmt.mp.br

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

- (65) 3901-4277 - Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Cuiabá

Além disso, em Cuiabá/MT, a Patrulha Maria da Penha prossegue atendendo as ocorrências normalmente.

A Casa de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica continua em funcionamento, acolhendo às mulheres em situação de risco.

Denuncie!

Diga não à violência doméstica



2. CAMPANHAS E PROJETOS

Campanhas e Projetos

AGOSTO LILÁS



Adolescência marcada por maturidade e desafios pela frente

Quinze anos de existência e muitas conquistas obtidas. Se comparada a uma jovem adolescente, a Lei Maria da Penha, que fez aniversário no dia 07/08, apresenta semelhanças que indicam transformações e maturidade, mas ainda com muitos desafios pela frente. Integrantes do Núcleo de Promotorias de Justiça que atuam no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá destacam que a norma foi um “divisor de águas no ordenamento jurídico” e que “retirou a violência contra a mulher da invisibilidade”.

Afirmam que, embora a lei já esteja consolidada, ainda apresenta desafios a serem superados. Coordenadora do Centro de Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, a promotora de Justiça Gileade Souza Maia ressalta que a formatação da Lei Maria da Penha já significou um importante avanço.

“É uma lei completa que trouxe não apenas a repressão, mas a prevenção com a oferta de serviços especializados. Os avanços no âmbito institucional também foram perceptíveis com a implementação das varas e promotorias de Justiça especializadas vocacionadas para o atendimento à vítima”, enfatizou a promotora. Para saber mais, clique [aqui](#).

AGOSTO LILÁS



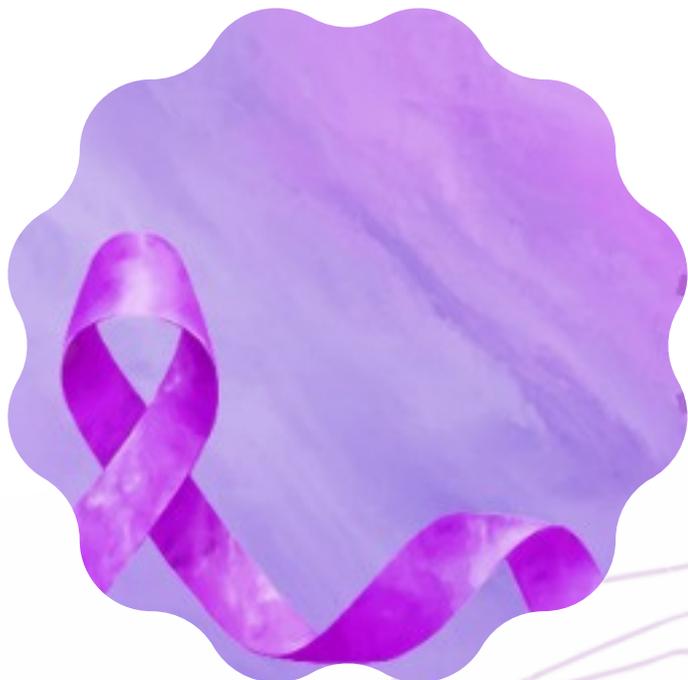
MPMT participa de roda de conversa sobre Lei Maria da Penha

Os promotores de Justiça Daniel Luiz dos Santos e Lais Liane Resende, da Promotoria de Justiça de Alta Floresta (a 803km de Cuiabá), participaram de uma roda de conversa no dia 27 de agosto, às 19h, sobre o panorama atual e os avanços alcançados nos 15 anos da Lei Maria da Penha. O evento foi promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) e compõe a agenda da campanha “Agosto Lilás” – um mês, uma cor, uma luta”, de conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

Ao lado dos membros do Ministério Público, esteve a presidente do CMDM, Elisa Gomes, e a professora conselheira Rosane Seluchinesk. O objetivo do Agosto Lilás foi alertar a população sobre a relevância do tema, oportunizar o diálogo e disponibilizar informações que colaborem com a superação das situações de violência contra mulheres, especialmente a lógica do silêncio e do medo, que impera nesses casos.

A roda de conversa fechou a programação do mês de agosto, com transmissão ao vivo pela Rede TV Canal 20 e pelas redes sociais do CMDM.

Fonte: **MPMT**



MP chama atenção para fortalecimento da Rede de Proteção às Mulheres

No mês em que os olhares estão voltados ao movimento “Agosto Lilás”, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso chama a atenção para a importância do fortalecimento da Rede de Proteção às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar. A instituição, por meio do Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino, tem fomentado em todo o estado a execução do projeto “Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher”. A iniciativa, que já está consolidada nos municípios de Barra do Garças e Várzea Grande, tem o reconhecimento do Conselho Nacional do Ministério Público com premiações na categoria “Indução de Políticas Públicas”. A coordenadora do CAO Violência Doméstica, promotora de Justiça Gileade Souza Maia, explica que a meta estabelecida no Planejamento Estratégico do MPMT (2020-2023) é assegurar o funcionamento da rede em 10 municípios.

O projeto passa pela realização do diagnóstico da violência, articulação, capacitação e a efetiva implementação da rede. Para saber mais, clique [aqui](#).



3. NOVIDADES LEGISLATIVAS

Novidades legislativas

-  Comissão aprova a criação de núcleos para conscientizar homens com perfil violento. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  CCJ aprova atendimento policial especializado ininterrupto a vítimas de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  CCJ aprova ampliação das informações que as mulheres vítimas de agressões devem receber sobre os agressores. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Projeto prevê perda de habilitação para agressores de mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Comissão aprova medidas que permitem monitoramento eletrônico de agressor de mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Projeto cria selo para entidades que acolham mulheres vítimas de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).
-  Comissão aprova a criação da “Patrulha Maria da Penha” para monitorar violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).





4. NOTÍCIAS

Notícias

 Violência doméstica: Tribunais têm protocolo para proteger magistradas e servidoras. Para saber mais, clique [aqui](#).

 Juiz aplica Lei Maria da Penha a caso de homem agredido por vizinhos. Para saber mais, clique [aqui](#).

 Descumprimento de medidas protetivas deve ter prioridade no Judiciário. Para saber mais, clique [aqui](#).

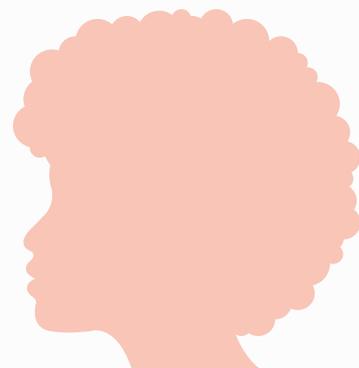
 Mulher é condenada por feminicídio de companheira; decisão observou histórico de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).

 Violência doméstica preocupa mais que emprego ou renda, diz pesquisa da Apamagis. Para saber mais, clique [aqui](#).

 CNJ se une a operação nacional contra violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Fonte: Banco de imagens/Canva



Programa Em Pauta fala sobre crimes cibernéticos de stalking e cyberstalking. Para saber mais, clique [aqui](#). 

Violência doméstica: 15 interpretações que reforçaram a proteção da mulher em 15 anos da Lei Maria da Penha. Para saber mais, clique [aqui](#). 

Lei Maria da Penha é aplicada para combater postura machista de ex-marido. Para saber mais, clique [aqui](#). 

CNMP dá início ao curso sobre a aplicação do formulário de risco a mulheres vítimas de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#). 

Mulher tem direito a encerrar conta conjunta sem pedir anuência de ex-marido agressor, decide Justiça de Santa Catarina. Para saber mais, clique [aqui](#). 

Nota técnica do CNJ orienta não ampliar competência de varas de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#). 



 Comissão aprova proposta que condiciona revogação de medidas protetivas à oitiva prévia da agredida. Para saber mais, clique [aquí](#).

 Violência doméstica: CNJ analisa criação de grupos reflexivos para agressores nos tribunais. Para saber mais, clique [aquí](#).

 Comissões debatem protocolo da PM para prevenção da violência doméstica. Para saber mais, clique [aquí](#).

 Apresentado o primeiro relatório do Cadastro Nacional de Violência Doméstica do CNMP. Para saber mais, clique [aquí](#).

 Proposta de melhorias à resolução que institui o Cadastro Nacional de Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Para saber mais, clique [aquí](#).





5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

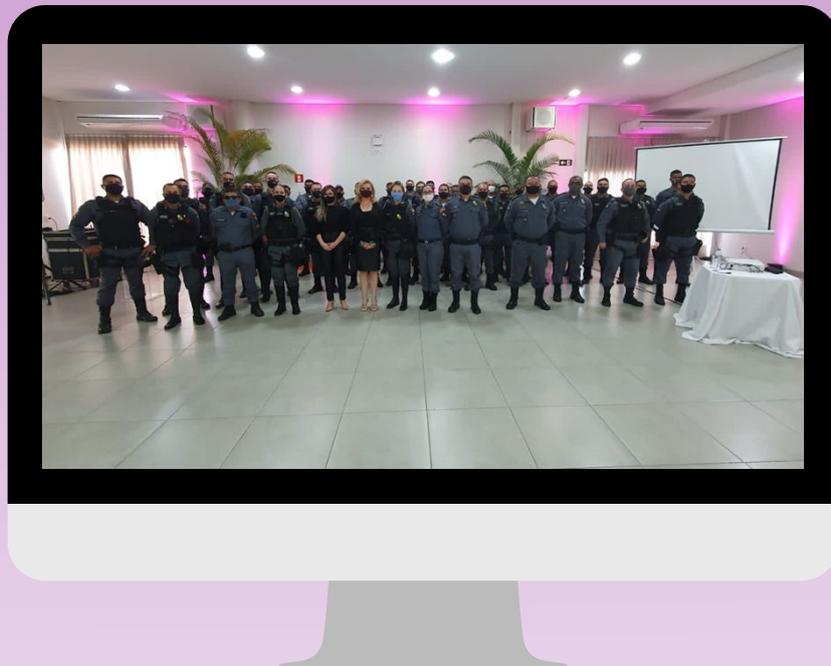


Rede de Enfrentamento



CÁCERES

Rede de enfrentamento promove capacitação de agentes de saúde



NOVA MUTUM

Solenidade de implantação da patrulha Maria da Penha





6. MATERIAL DE APOIO

Material de Apoio



Campanha de conscientização da violência doméstica para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio da rede municipal de educação de Governador Valadares



A Lei Maria da Penha, no art. 8º, inciso V, reforça a importância da atuação da educação juntamente com outros setores que participam da Rede de atendimento, gerando impacto muito positivo na divulgação da própria Lei e também na promoção do debate das questões de gênero e violência na sociedade:

"promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres".

uma iniciativa



Portanto, o presente projeto da Rede de atendimento à mulher em Governador Valadares em parceria com a Prefeitura Municipal e o Núcleo de Integração e Fortalecimento da Rede de Atendimento à Mulher (NIFRAM) propõe a veiculação da campanha de conscientização "Educar para Mudar: Violência Doméstica" para todos os estudantes do ensino fundamental II e ensino médio da rede municipal de educação.

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



7. BANCO DE PEÇAS

Banco de peças

Considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, o Centro de Apoio Operacional Sobre Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino solicita aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em formato .odt e/ou .doc, para o e-mail **cao.vdomestica@mpmt.mp.br**.

Equipe

Gileade Pereira Souza Maia – Promotora de Justiça e Coordenadora

Elisamara Sigles Vodonós Portela – Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta

Natacha de Souza Ayesh – Assistente Ministerial

Isabella Oliveira de Campos – Analista Assistente Social



15 ANOS DA LEI
Maria
da Penha



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO